
Cita bibliogràfica: Fontes, Paulo V. (2020). Sobre o sistema mundial e a construção de alternativas. *Disjuntiva*, 1(1), 22-39.
<https://doi.org/10.14198/DISJUNTIVA2020.1.1.2>

Sobre o sistema mundial e a construção de alternativas

About the World System and the construction of alternatives

Paulo Vitorino Fontes (Universidade dos Açores)

Resumo: As transformações estruturais da economia mundial e as mudanças na cultura política das sociedades condicionam a relação das pessoas com a esfera da política. Neste sentido, ao explorarmos as alternativas que se produzem no sistema mundial, recorrendo a vários contributos da investigação sociológica e política, pretende-se contribuir para a reflexão em torno das dificuldades e das potencialidades que os recentes movimentos sociais alternativos apresentam. Pretende-se explorar os diferentes comportamentos sociais que se expressam na ação coletiva e expor as dificuldades da imaginação política que condicionam a construção de um pensamento crítico alternativo.

Palavras-chave: sistema mundial, movimentos sociais, alternativa, crítica.

Abstract: The structural transformations of the world economy and the changes in the political culture of society have conditioned the relations between people and the sphere of politics. In that sense, by exploring the alternatives that are produced in the worldwide system, and resorting to various contributions of sociological and political investigation, this article aims at contributing to the reflection around the difficulties and potential presented by the recent alternative social movements. Furthermore, its purpose is to explore the different social behaviours that are expressed in collective action and to expose the difficulties of political imagination that condition the construction of an alternative critical thought.

Key-words: World System, social movements, alternatives, critique

1. Introdução

Os recentes movimentos sociais, desde as "primaveras árabes" até a *Occupy Wall Street*, passando pelos "indignados" europeus ou os estudantes da América do Sul, podem compreender-se, para além das suas componentes locais e específicas, como alternativas produzidas dentro da lógica do sistema capitalista. Na atual conjuntura de insegurança produzida pela crise visível desde 2008 agudizaram-se os motivos de protesto. Os seus participantes encontram dificuldades na definição de objetivos e meios, ao mesmo tempo que

oscilam entre a procura de mudanças no sistema e na sua generalização ou na mudança de sistema.

Todos estes movimentos alternativos desenvolvem-se num duplo contexto, que inclui as regras de um sistema como fator constante e a sua conjuntura atual como fator precipitante.

Neste trabalho pretendemos incluir o contributo de vários autores e autoras, de forma a suportar e a situar as conceções teóricas que serão desenvolvidas. Pretende-se, por um lado, analisar o sistema mundial, a crise atual e os diferentes comportamentos sociais adotados na ação coletiva. Por outro lado, será problematizada a construção de alternativas, apresentados vários contributos teóricos para renovação do pensamento crítico e elencadas algumas propostas práticas para renovação das formas de vida humana.

A nossa investigação recorre ao método qualitativo na sua vertente de análise documental. A metodologia utilizada para analisar diferentes documentos é baseada numa hermenêutica crítica. As obras são o objeto de análise e são interpretadas dentro de um contexto teórico e determinado, mostrando as fundamentações e, em alguns casos, as contradições incorridas. É essencialmente uma análise de natureza formal, analítica e conceitual. Com efeito, as teorias e categorias dos vários autores e autoras são apresentadas a partir de uma interpretação e avaliadas criticamente.

2. Sobre o sistema mundial

As alternativas que se produzem no sistema mundial atual, como refere José Maria Tortosa (2011: 1), poderão ser melhor compreendidas se as situarmos dentro da lógica do próprio sistema, ainda mais se tivermos em conta a possibilidade dessas alternativas serem destruídas ou absorvidas pela esmagadora capacidade do sistema de incorporar tudo, em especial os corpos estranhos.

Todavia, a História tem mostrado que vários sistemas aparentemente estáveis deixaram de funcionar e que realmente há poucas coisas humanas irreversíveis. Razão pela qual não se deve excluir a possibilidade de isso voltar a acontecer, da mesma forma, como já foi referido, não se deve excluir a capacidade de recuperação que o sistema mundial já mostrou ter (Tortosa, 2011: 2).

Giovanni Arrighi ao desenvolver uma das mais eminentes análises críticas do sistema mundial contemporâneo, acreditou, no fim da década de 70, juntamente com André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein e Samir Amin, que o capitalismo tinha entrado numa fase de crise sistémica, com queda das suas taxas de crescimento, que nunca mais voltaria às suas taxas anteriores. A assunção inicial destes autores, que o capital iria reagir através duma relocalização massiva, foi mais tarde confirmada. Arrighi associou esta crise ao declínio da hegemonia do Estados Unidos da América. As suas perspetivas foram amplamente desenvolvidas em dois livros coletivos (Amin et al. 1982, 1990). Analisando os movimentos sociais associados com a reorganização do sistema global, Arrighi dedicou-se às insurreições dos movimentos trabalhistas, os que são provavelmente mais afetados pela crise. Arrighi (1994, 2007) na sua vasta análise não confunde capitalismo com economia de mercado, ao integrar esta fase mais longa no seu conceito de capitalismo histórico. Interpreta assim o capitalismo, supostamente de

origem europeia, como sendo um produto de séries de ondas de capitalismo originadas na China e, finalmente, chegaram à Europa através das cidades comerciais do Renascimento Italiano.

Arrighi no seu extenso estudo “O longo Século XX” (1996) demonstra que o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, nem tão pouco o seu estágio mais recente e avançado. Pelo contrário, é um fenómeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras marcaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Estas expansões integram a destruição recorrente dos “antigos” regimes e a criação simultânea de “novos” regimes.

Através desta descoberta, Arrighi (1996) reformulou a conceção teórica do século XX, definindo três fases: (1) a expansão financeira do final do século XIX e início do século XX, no decorrer da qual as estruturas do “antigo” regime britânico foram destruídas e foram criadas as do “novo” regime norte-americano; (2) a substancial expansão das décadas de 1950 e 1960, durante a qual, a supremacia do “novo” regime, centrado nos Estados Unidos, traduziu-se numa expansão mundial da produção e do comércio; e (3) a expansão financeira que desde o fim da década de 1970 até aos dias de hoje, em cujo decurso as estruturas do já “antigo” regime norte-americano vêm sendo destruídas, com a criação – supõe-se – de um “novo” regime. A partir do sistema interpretativo de Braudel, Arrighi configura o longo século XX como o último de quatro longos séculos, estruturados de forma semelhante, cada um constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial. A análise de Arrighi (1996) das expansões financeiras deste longo período permitiu aprofundar a compreensão da atual expansão financeira como um momento conclusivo de um determinado estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mundial – o estágio abrangido pelo longo século XX.

A partir da ideia de Fernand Braudel das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas foi possível a Arrighi decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manobráveis, a que chamou de ciclos sistémicos de acumulação, referindo-se ao sistema como um todo, em que a posição central foi sucessivamente assumida por genoveses, holandeses, britânicos e norte-americanos.

Arrighi (1996) demonstra ao longo do seu trabalho a extraordinária capacidade de adaptação da burguesia durante os vários ciclos sistémicos de acumulação, procurando a sobrevivência e a acumulação. O autor italiano considera tantas burguesias quantos os ciclos de acumulação. Pelo que ao entendê-las como o núcleo dos grupos de poder dominantes e ao tentar perceber os comportamentos desses grupos, devemos sempre ter em atenção, como insiste Arrighi (1996), o enorme potencial adaptativo desta classe social. Isto significa perceber que a incerteza se manterá no horizonte, independentemente do que se possa aprender com o passado.

Prosseguindo na compreensão da crise atual, como nos lembra Tortosa (2011: 2), embora se possa pensar na crise cíclica de 1929, ao reaparecerem elementos que novamente nos afetam: a crise económica, o descrédito da democracia, o auge dos movimentos totalitários carregados de verdades absolutas e de intolerância e a potência hegemónica em crise. Mas, também é óbvio que não estamos no mesmo contexto: em 1929 não havia consciência da pegada ecológica deixada no planeta pela espécie humana em geral e pelos países mais ricos em particular, nem havia 1000 milhões de pessoas famintas no mundo, entre outras diferenças que iremos salientar.

Zygmunt Bauman ao recuperar algumas ideias de Rosa Luxemburgo no seu ensaio publicado em 2009: "O capitalismo como sistema parasita", apresenta-nos como tese que o capitalismo funciona mediante a "colonização" de "territórios virgens" para serem explorados. Colonização que pode ser física, como nas conquistas, invasões, descobrimentos, entre outras; pode ser comercial ou financeira. Esta última, segundo Bauman (2009), tem-se intensificado no sistema atual, depois do capitalismo que falava Marx Weber (austero, arrojador, calculista) dar lugar a um capitalismo de consumo e, deste, ao capitalismo do crédito que por último entrou em crise, como todos os outros modos anteriores ao manterem em vigor a norma básica do sistema, que é a do benefício sem limites físicos, sociais e económicos, que se traduz na acumulação incessante de capital.

Pois, tanto para Bauman (2009) como para Tortosa (2011: 4), "o que mantém vivo o sistema é a colonização do futuro: o benefício de hoje obtém-se carregando sobre as costas não dos selvagens ou dos primitivos pré-capitalistas como iniciou o sistema mundo contemporâneo, mas sobre as gerações futuras". Como é a atual crise da dívida, que para geri-la, exige rigor orçamental e redução de investimento por parte dos Estados que pediram auxílio aos mais ricos.

Na continuidade do pensamento de Tortosa (2011: 5), podemos verificar que a lógica do sistema com as suas variantes regras subordinadas ao princípio básico do benefício sem limite físico, social ou económico tem tido efeitos devastadores no planeta. Em primeiro lugar, temos uma crise económica que afeta os países centrais em que um decrescimento ou crescimento baixo traduz-se em redução de emprego e aumento de problemas sociais. Os governos ao capitalizarem os bancos com problemas financeiros entraram em deficit ou aumentaram-no. Posteriormente, a sua necessidade de endividamento foi-se resolvendo com empréstimos para fazer face aos gastos correntes e não à inversão produtiva, reduzindo-se assim a despesa pública e, por conseguinte, introduzindo um novo fator de desaceleração.

Não sendo a primeira vez que tal acontece, mas provavelmente o sucedido noutras ocasiões não afetou da mesma forma os países centrais. Em relação à crise de 1929, como Tom Engelhardt retratou na sua obra *United States of Fear* (2011), a diferença que agora se desenvolve é uma acumulação de novos problemas que interatuam com os económicos, gerando assim uma particular instabilidade do sistema no seu conjunto, começando pela sua potência hegemónica, os Estados Unidos da América.

Em primeiro lugar, estão os problemas ambientais: para além de se colonizar o futuro, parece claro que a exploração da natureza já alcançou níveis cuja "pegada ecológica" poderá ultrapassar limites de difícil recuperação. Podemos continuar a discutir se estamos perante a ameaça ou a realidade de uma mudança climática. Mas, depois do relatório da Universidade de Berkeley (2013) torna-se evidente o aquecimento global verificado até agora. Os seus efeitos sobre as secas, inundações e más colheitas já foram suficientemente constatados.

O *World Energy Outlook* publicado pela Agência Internacional de Energia em 2011 reconhecia dois acontecimentos relevantes para a nossa discussão: por um lado, atingiu-se o chamado "pico do petróleo", momento em que o consumo já se faz à custa das reservas, sem que as novas descobertas (como por exemplo na Argentina, Brasil ou País Basco) sejam suficientes para compensar o esgotamento dos recursos. Por outro lado, o relatório reconhece o impacto que o consumo de combustíveis fósseis tem no aquecimento global e eventual mudança climática.

Convocando novamente a análise de Tortosa (2011: 5-6), verifica-se que juntamente com a crise energética apresenta-se também uma crise alimentar que, como as anteriores, não afeta por igual todas as partes do mundo. Se a crise económica e a energética são problemas sobretudo dos países centrais (os mais ricos do Norte), os efeitos da crise ambiental notam-se mais, no momento, nos países periféricos e, certamente, a crise alimentar, seja ou não fabricada, afeta-os igualmente.

Um dos resultados desta acumulação de crises, como nos elucida Tortosa (2011: 6), é o sentimento de insegurança que se difunde entre amplas camadas da população. Não correspondendo exatamente aos "99%", numa terminologia contemporânea, mas verifica-se nos sectores médios e médio-baixos dos países centrais. Como Joaquín Estefanía analisou na sua obra "A economia do medo" em 2011, estas inseguranças incluem, pois, a insegurança económica perante o futuro do próprio emprego e da própria pensão, que só representa uma parte do problema. Da mesma forma que incluem a insegurança energética com os efeitos do "pico do petróleo" e a necessária transição energética para a qual não se vislumbram muitas alternativas. E tudo isto, num ambiente generalizado de descrédito das democracias existentes e das suas respetivas classes governativas. O descrédito da classe política aparece ligado a uma evidente crise de confiança em muitas instituições, perceptível em amplas camadas da população e, entre essas instituições, estão não só os partidos políticos como também os sindicatos, as igrejas, entre outras.¹

Carlos Taibo no seu recente livro "Colapso" (2019), apesar de não afirmar com toda a certeza se vai haver um colapso geral do sistema mundial, anuncia que esse colapso é provável. As suas principais causas são as mudanças climáticas e o esgotamento das matérias-primas energéticas que utilizamos. Outras causas aparentemente secundárias poderão multiplicar as tensões, como a crise demográfica, que afeta sobretudo determinadas regiões do planeta; uma situação social tensa, materializada no facto de que metade da população mundial só dispõe de menos de dois dólares por dia, associado a um cenário de aumento da fome e dos problemas de acesso à água; o reaparecimento de doenças em forma de epidemias e pandemias de grande difusão; aumento dos cancros e doenças cardiovasculares; aumento da desigualdade de género que reafirma as regras da sociedade patriarcal; o efeito multiplicador da crise financeira na forma de cativação e instabilidade, aumento da incerteza e perda de confiança; a proliferação de violências várias, sobretudo através de autênticas guerras de rapina das grandes potências do Norte à procura das matérias-primas que necessitam; e, por fim, a idolatria que continuam a merecer a tecnologia e o crescimento económico.

Por sua vez, Fernández Durán (2008), grande impulsionador do movimento ecologista espanhol, realizou uma análise sistémica e integral sobre a evolução histórica do uso social da energia, desde o Paleolítico até ao século XX, concluindo que não basta mudar as fontes de energia, mas que deverá ser o sistema a mudar. O autor interrelaciona vários campos, disciplinas e enfoques de análise, relacionados com a questão energética, como a organização da produção, o trabalho, as instituições políticas, o dinheiro e as finanças, os exércitos e as guerras, a geopolítica, a crise ecológica e urbana, e os conflitos sociais. Ao analisar a evolução da conflitualidade social ao longo do século XX e a formação e transformação dos Estados, Fernández Durán (2010)

¹ Para uma análise comparativa ao nível europeu do interesse pela política e da confiança nas instituições políticas consulte o trabalho de Rui Brites (2015).

verifica que a expansão do capitalismo ao longo do último século foi acompanhada da aparição de conflitos sociais ligados a mudanças da matriz energética de diversa índole e de soluções espaço-temporais encaminhadas a desativar e a deslocar o conflito social para novos espaços.

Fernández Durán (2011) aborda o mundo que se avizinha a partir da crise do capitalismo global desde o fim do século XX, opondo-se à utopia do crescimento ilimitado da civilização capitalista. Para este autor e ativista espanhol os tempos de “pão e circo”, de petróleo abundante, sociedade do espetáculo, consumo massivo e idolatria aos poderosos parecem chegar ao fim. O autor aponta as direções que pode tomar a evolução social nos próximos anos, com uma intensificação dos conflitos em torno dos combustíveis fósseis, a alteração das estruturas de poder com a quebra do capitalismo global e a ascensão de novos capitalismos de Estado Regionais, as maiores consequências da crise que afetarão principalmente os mais frágeis e, muito particularmente, as mulheres. Fernández Durán considera importante ter em conta todas estas variáveis para podermos construir coletivamente uma transição pós-fóssil justa e emancipadora.

Para tentar ultrapassar esta crise, Fernández Durán (2011), remete-nos a outros imaginários, a outras conceptualizações da mudança social, livres dessa ilusão que a nossa sociedade foi construindo em torno dos mitos do progresso e do desenvolvimento.

Um desafio e paradoxo que subjaz, colocado por Tortosa (2011: 7), é a de como conseguir, sem mudar as regras do jogo, crescer para criar emprego e, ao mesmo tempo, decrescer para responder aos desafios ambientais, quando optando pelo primeiro propósito tão pouco se consegue o emprego, com o qual se acumulam os problemas. E como fazê-lo desde a política, depois de uma longa etapa em que a máxima tem sido "menos Estado e mais mercado"? Um percurso que foi produzindo e acumulando desregulações, sobretudo no sector financeiro, que conduziram à atual crise económica, que primeiro foi financeira, e que submeteu os governos aos interesses financeiros mundiais.

Para Tortosa (2011: 7), as reações contra estes acontecimentos não tiveram uma forte correlação com os mesmos, nem com a evolução da consciência sobre eles. Tão pouco assumiu as mesmas formas nos países centrais das conhecidas nos países periféricos, sendo frequente as reações dos países centrais receberem maior apoio mediático.

As reações em Portugal e, sobretudo na Grécia, aos sucessivos "planos de ajuste" e austeridade impostos do exterior foram ações de protesto de uma população que viu diminuída os seus níveis de vida. Para Tortosa (2011: 9), estas ações têm elementos em comum, neste sentido, com o sucedido nos anos 70 e 80 na América Latina, mas também os têm em comum com alguns países árabes onde ocorreu a "primavera". Verifica-se sobretudo emoção e comportamento expressivo da mesma, geralmente dirigida contra o governo que aceitou a imposição exterior e não contra o organismo, instituição ou pessoas que a impuseram.

Dos vários movimentos sociais mais recentes, desde os protestos dos estudantes chilenos ao reivindicarem uma educação de qualidade, movimento este que ultrapassou fronteiras e se produziu também nos restantes países da América Latina, passando pela longa marcha dos indígenas na Bolívia que se opunham à construção de uma autoestrada no seu território, até aos indignados de Israel por determinadas condições de vida que consideravam inaceitáveis,

salienta-se a sua heterogeneidade e a dificuldade, para aqueles movimentos que ambicionam um impacto mundial, de ultrapassarem a suas limitações locais (Tortosa, 2011: 9).

A onda de protestos que se produzem no mundo como reação a um sistema, precipitada pelas condições imediatas de insegurança e insatisfação, refrata-se em cada circunstância local de forma que dificulta a articulação e a exportação ou importação de métodos e estratégias.

Outras duas reações populares, distintas das que já foram apresentadas, muito locais e significativas, foram os distúrbios iniciados em Inglaterra em Tottenham, puramente expressivos do descontentamento e muito parecidos ao dos jovens parisienses de 2005. Não havia nenhum objetivo a alcançar: somente a expressão da raiva e da frustração.

Por sua vez, o movimento do 15-M e suas variantes locais, bem como a sua evolução até o 15-O através dos diversos "Occupy (inicialmente Wall Street, mas depois a mais cidades) pode ser situado noutra dimensão, apesar do seu parentesco com outros movimentos já enunciados. Joseph Stiglitz no seu artigo "A globalização do protesto" (2011: 1) refere que "o movimento de protesto que nasceu em Tunes, para depois estender-se ao Egipto e daí a Espanha, já é global: a marcha de protestos chegou a Wall Street e a diversas cidades dos Estados Unidos" e comentava, quase como o padre Coughlin em 1932, "temos um sistema onde se resgatou os banqueiros, e abandonou-se as suas vítimas" (Stiglitz, 2011: 2).

Será importante analisar a evolução destes movimentos, sobretudo como interroga Tortosa (2011: 10), se o 15-O se consolida e perdura, algo que ainda não aconteceu. Tal como não se verificou ainda a articulação de muitas indignações locais em respostas coletivas à escala mundial. Pelo que importa refletir sobre os problemas que podem ter as alternativas propostas por esses movimentos, bem como sobre as dificuldades que afetam os mesmos.

Angela Davis, académica e ativista americana, ao participar no Occupy de Philadelphia em 2011, depois de na sua juventude ter participado nos movimentos sociais dos anos 60, sintetiza de uma forma clara o desafio:

A questão mais pertinente relativamente aos ativistas da "Occupy" é a de como criar uma união que respeite e celebre a imensa diferença existente entre os 99%. Como podemos aprender a nos unirmos? Isto é algo que os 99% que se encontram a viver nos locais da Occupy podem ensinar-nos. Como podemos unirmos numa união que não seja simplista e opressiva, mas complexa e emancipadora e que reconheça, nas palavras de June Jordan, que "somos aqueles por quem estávamos à espera" (Davis, 2011: 3).

Chegados até aqui, a primeira questão a colocar, retomando o pensamento de Tortosa (2011: 10), é se o movimento observável é realmente mundial. Percetível que não é: não afeta a todos os países, sendo evidente a ausência africana e do sudoeste asiático, daqueles países que as Nações Unidas classificam de menos desenvolvidos.

A relativa ausência de abordagens sobre os países periféricos nos movimentos dos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos, é tão visível como a ausência de movimentos coordenados com os dos países periféricos, embora eles tenham acontecido em alguns casos, como na América Latina (Tortosa, 2011: 11). Os movimentos locais pouco conseguem frente a um mal ou adversário que está à escala mundial se não se coordenarem à escala em que se dá o problema, restando-lhes acreditar num "efeito mariposa", produzido por pequenas mudanças em zonas marginais do sistema.

Mas mais consequente para a nossa discussão será voltar à questão central colocada por Tortosa (2011): se estes movimentos propõem uma mudança de sistema ou uma mudança no sistema?

De uma forma geral, pode-se recorrer à reatualização de Tortosa (2011: 11) da tipologia de comportamentos sociais de Robert Merton (1968). Face às crises atuais, principalmente nos países centrais, o conformismo tem sido o comportamento mais frequente: observa-se naqueles e naquelas que aceitam tanto as metas como os meios legítimos do sistema para alcançá-las e, importa salientar, independentemente dos que consigam ou não alcançar esses fins (bem-estar, felicidade, segurança, liberdade, identidade) e inclusivamente com independência de que consigam aceder aos meios para alcançá-los. Para além do comportamento ritualista, que aplica mecanicamente os meios aceites, independentemente de que conduzam a fins socialmente aceites ou do comportamento inovador, que aceita os fins mas procura novos meios para alcançá-los, interessa particularmente à nossa investigação o comportamento da indignação. No grupo das pessoas indignadas há uma rejeição tanto dos fins como dos meios socialmente aceites. Mas importa não incluir a todas as pessoas participantes no movimento na mesma categoria, o que explica essa oscilação entre os que propõem mudanças no sistema e os que procuram uma mudança de sistema (Tortosa, 2011:12). Por conseguinte, e seguindo a tipologia proposta, entre os conformistas e os ritualistas, se não alcançam as metas sociais, produzem-se muitas vezes diferentes níveis de frustração. A frustração pode ser confundida com indignação. A frustração gera agressividade e a agressividade procura um objeto sobre o qual possa descarregar. O comportamento agressivo pode dirigir a sua agressividade contra si próprio, como se pode explicar pelo aumento dos suicídios nos países centrais, ou dirigir-se para fora, por exemplo na forma de uso do outro (imigrante, de diferente religião, sexualidade ou raça) como objeto da própria agressividade física ou política, expressa no crescimento acentuado dos partidos xenófobos na Europa (Tortosa, 2011: 12). Importa referir que apesar dos sentimentos de indignação e frustração estarem presentes nos movimentos sociais, eles não são o fator único de influência dos comportamentos socio-políticos, o que obrigaria a uma reavaliação dos modelos explicativos do comportamento socio-político dos actores sociais², que aqui não podemos desenvolver.

O repto final que Tortosa (2011:12) coloca é claro: como passar de um comportamento expressivo da indignação, que sendo um comportamento emocional distingue-se da agressividade, a um comportamento racional relativamente aos fins, ou pelo menos racional relativamente a valores, segundo a terminologia de Max Weber, em que novos meios se ponham em prática para alcançar fins igualmente novos, correspondendo, segundo Tortosa (2011: 12), ao que Merton qualificava como revolucionário. Importa considerar os fins prováveis e os meios disponíveis, para que não se trate de uma infantil onipotência das ideias, já que não é suficiente apontar o que está mal, importa propor vias viáveis de mudança.

Não sabemos se estes movimentos alternativos irão ter o impacto que outros já tiveram na história, pois a história não se repete. Mas também é certo que agora é mais fácil ter impacto sobre a realidade mundial, assim como também se pode aprender com os êxitos e com os horrores do passado.

² Para revisão dos modelos funcionalista cultural, socio-psicológico, de poder, marxista e outros confira Manuel Carlos Silva (1998).

Depois de termos percorrido algumas das especificidades e dificuldades que os movimentos alternativos apresentam e antes de apontarmos para propostas práticas, importa incluir a reflexão de Boaventura de Sousa Santos, académico e ativista português, de forma a perceber algumas das potencialidades dos novos movimentos sociais e a incluir as suas propostas metodológicas na construção de uma teoria crítica alternativa.

3. Sobre a construção de alternativas

Para Santos (2012: 139-140) a pluralidade do movimento global alternativo significa que a agregação de lutas, de interesses e de energias é feita de forma a respeitar as diferenças entre movimentos e a manter intatas as suas autonomias. Isto é, a construção da articulação e da agregação tem um valor e uma força independentes dos objetivos ou lutas que se agregam. É nesta construção que reside o potencial desestabilizador das lutas. Na capacidade de promover a passagem do que é possível num determinado momento para o que está emergindo como tendência ou latência de novas articulações e agregações. Muitas vezes, para este autor, são as lutas mais periféricas e os movimentos menos consolidados num determinado momento que transportam consigo a emergência de novas possibilidades de ação e de transformação.

Santos (2001; 2012) ao pretender construir uma teoria crítica, opõe-se ao que denomina "pensamento abissal", eurocêntrico e colonizador, critica o "desperdício da experiência", motivado pela exclusão do outro, cujo reconhecimento deveria ser a base de um diálogo intersubjetivo relevante.

O autor português realiza um diagnóstico das dificuldades e dilemas que a teoria crítica desenvolvida na tradição ocidental enfrenta nos últimos trinta anos. As dificuldades são ao mesmo tempo políticas, teóricas e epistemológicas. "São dificuldades quase dilemáticas porque ocorrem na própria imaginação política que sustém a teoria crítica e, em última instância, a política emancipadora" (Santos, 2010: 11). O autor formula a primeira dificuldade da imaginação política desta forma: "é tão difícil imaginar o fim do capitalismo como é difícil imaginar que o capitalismo tenha fim" (Santos, 2010: 11). Esta dificuldade, segundo o autor, tem sido fraturante no pensamento crítico, principalmente em duas vertentes que sustentam políticas distintas de esquerdas. A primeira vertente deixou de se preocupar com o fim do capitalismo e centrou a sua atividade no desenvolvimento de propostas que incluindo o capitalismo, permitam reduzir os custos sociais do sistema capitalista. A social-democracia, o "keynesianismo" e o Estado de Bem-Estar e de desenvolvimento dos anos sessenta do século passado constituíram os principais modelos políticos desta vertente. A segunda vertente da tradição crítica, prosseguindo o pensamento de Santos (2010, p. 12), apesar de não se deixar bloquear pela primeira dificuldade, vive intensamente a segunda dificuldade: a de imaginar como será o fim do capitalismo. Esta é uma dupla dificuldade já que, por um lado, reside em imaginar alternativas pós-capitalistas depois do fracasso do socialismo e, por outro, implica imaginar alternativas pré-capitalistas anteriores ao colonialismo. Para além disso,

esta dificuldade da imaginação política não está igualmente distribuída no campo político: se os governos imaginam o pós-capitalismo a partir do capitalismo, os movimentos indígenas imaginam o pós-capitalismo a partir do pré-capitalismo. No entanto, nem uns nem outros imaginam o capitalismo sem o colonialismo interno (Santos, 2010: 12).

Com a exploração capitalista ao combinar-se com a dominação do colonialismo interno, será mais difícil estabelecer um pacto entre as classes mais afetadas, pois estas são atravessadas por identidades culturais e regionais que multiplicam as fontes dos conflitos e favorecem a sua institucionalização de uma forma cada vez mais problemática e precária (Santos, 2010: 13).

A segunda dificuldade da imaginação política, segundo Santos (2010: 14), "pode formular-se assim: é tão difícil imaginar o fim do colonialismo como é difícil imaginar que o colonialismo não tenha fim". Uma parte do pensamento crítico deixou-se bloquear pela primeira dificuldade e o resultado tem sido a negação da existência do próprio colonialismo a partir do processo que conduziu às independências, não sendo valorizadas as lutas étnico-raciais, mas sim a mestiçagem como sinal de superação do colonialismo. Ao contrário, a outra vertente da tradição crítica parte do pressuposto de que o processo histórico que conduziu às independências demonstra que o colonialismo interno não só se manteve depois das independências, como em alguns casos se agravou. A dificuldade em imaginar a alternativa ao colonialismo reside no fato deste não ser unicamente uma política de Estado, como sucedia durante o colonialismo de ocupação estrangeira. Ele "é uma gramática social muito vasta que atravessa a sociabilidade, o espaço público e o espaço privado, a cultura, as mentalidades e as subjetividades" (Santos, 2010: 15). O colonialismo tornou-se assim um modo de viver e de conviver entre aqueles e aquelas que beneficiam dele e quem o sofre. Para esta vertente da tradição crítica a luta contra o capitalismo deverá ser conduzida paralelamente com a luta contra o colonialismo. Uma vez que a dominação de classe e dominação étnico-racial alimentam-se mutuamente, a luta pela igualdade não pode separar-se da luta pelo reconhecimento da diferença.

Devido ao protagonismo dos movimentos sociais indígenas, camponeses, afrodescendentes e feministas, principalmente no continente latino-americano, com as suas bandeiras de luta e com as dificuldades da imaginação política progressista já referidas, constituem-se as razões que determinam a necessidade de manter alguma distância em relação à tradição crítica eurocêntrica. Para além destes fatores, Santos (2010: 15) enuncia outros de raiz teórica que reforçam essa necessidade, como são a perda dos "substantivos críticos" e "a relação fantasmal entre a teoria e a prática".

Como já foi mencionado anteriormente, para além dos principais conceitos analíticos da teoria crítica terem perdido alguma centralidade e força crítica, Santos refere que a teoria crítica já não pode definir os termos do debate. Os novos movimentos sociais das últimas três décadas, ao mesmo tempo que reelaboram os antigos conceitos, introduzem novos conceitos que não têm precedentes na teoria crítica eurocêntrica, assim como não se expressam em nenhuma das línguas coloniais em que a teoria crítica foi construída (Santos, 2010: 16).

A última dificuldade que a teoria crítica enfrenta na perspetiva de Santos (2010: 17) reside na enorme discrepância entre o que está previsto na teoria e as práticas mais transformadoras que têm surgido essencialmente no hemisfério sul.

Nos últimos trinta anos as lutas mais avançadas foram protagonizadas por grupos sociais (indígenas, camponeses, mulheres, afrodescendentes, piqueteros, desempregados) cuja presença na história não foi prevista pela teoria eurocêntrica. Organizaram-se muitas vezes com formas (movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, piquetes, autogoverno, organizações económicas populares) muito distintas das privilegiadas pela teoria: o partido e o sindicato. Não habitam os centros urbanos

industriais mas lugares remotos nas alturas dos Andes ou nas planícies da selva amazónica. Expressam suas lutas muitas vezes nas suas línguas nacionais e não em nenhuma das línguas coloniais em que foi redigida a Teoria Crítica. E quando suas demandas e aspirações são traduzidas nas línguas coloniais, não emergem os termos familiares de socialismo, direitos humanos, democracia ou desenvolvimento, mas sim dignidade, respeito, território, autogoverno, a vida boa, a Mãe Terra (Santos, 2010: 17).

Para Santos, esta discrepância entre teoria e prática foi bem visível no primeiro Fórum Social Mundial (FSM) realizado em Porto Alegre em 2001, onde se percebeu que o fosso entre as práticas de esquerda e as teorias clássicas de esquerda era mais profundo do que nunca. "A cegueira da teoria acaba na invisibilidade da prática e, assim, na sua sub-teorização, enquanto a cegueira da prática acaba na irrelevância da teoria" (Santos, 2010: 18). A cegueira da teoria foi observada na forma como os partidos convencionais de esquerda e os seus intelectuais minimizaram o significado do FSM, enquanto a cegueira da prática manifestou-se no desprezo que muitos ativistas do FSM expressaram pela rica tradição teórica da esquerda eurocêntrica e pela sua renovação.

As causas desta relação fantasmal entre a teoria e a prática são múltiplas, mas Santos salienta a mais importante:

enquanto a teoria crítica eurocêntrica foi construída em poucos países europeus (Alemanha, Inglaterra, França, Rússia e Itália) com o objetivo de influenciar as lutas progressistas nessa região do mundo, as lutas mais inovadoras e transformadoras estão ocorrendo no Sul num contexto de realidades socio-político-culturais muito distintas (Santos, 2010: 18).

Esta distância fantasmal entre a teoria e a prática não resulta unicamente da diferença de contextos, é também epistemológica e ontológica. Pois estes novos movimentos sociais constroem as suas semânticas e lutas a partir de concepções ontológicas sobre a vida e o ser muito diferentes do imediatismo e individualismo ocidentais. Os seres são comunidades de seres antes de serem indivíduos e nessas comunidades estão presentes os antepassados, os animais e a Mãe Terra. Estas cosmovisões não ocidentais, segundo Santos (2010: 19), obrigam-nos a um trabalho de tradução intercultural para que possam ser entendidas e valorizadas.

Durante muito tempo a teoria crítica teve como referência as lutas contra a opressão, a exclusão e o fim do capitalismo. Nas últimas décadas, as lutas sociais contribuíram para ampliar enormemente o campo político das lutas contra a opressão e a exclusão e o fim do capitalismo passou a articular-se com o fim do sexismo e do colonialismo.

Como vimos, o autor ao elencar as dificuldades e dilemas que a teoria crítica enfrenta propõe que, para superá-las, será importante criar alguma distância teórica e epistemológica em relação à tradição ocidental. Como Santos (2010: 19) explica: "a distância que proponho em relação à tradição crítica eurocêntrica tem por objetivo abrir espaços analíticos para realidades *surpreendentes*, porque são novas ou porque até agora foram produzidas como não existentes, donde podem brotar emergências libertadoras". Para Santos, manter uma distância não significa descartar toda a riqueza da teoria crítica ocidental e muito menos ignorar as suas possibilidades de emancipação. Significa estar, ao mesmo tempo, dentro e fora do que se critica, de tal modo que se torne possível o que Santos (2010: 21) denomina de "dupla sociologia transgressiva das

ausências e das emergências", o que consiste essencialmente em contrapor as epistemologias do Sul às epistemologias dominantes do Norte Global.

Assim, como defende Santos (2011: 18),

as epistemologias do sul deverão dialogar, argumentar e contra argumentar com outras epistemologias. Este diálogo deverá ser duplo: por um lado, é uma confrontação com o pensamento hegemónico do Norte Global, em que todas as epistemologias positivistas entram neste conceito; mas, por outro lado, é também um diálogo e uma confrontação com o pensamento crítico eurocêntrico, cuja formulação mais brilhante se concretiza na Escola de Frankfurt, desde a época de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer.

A tradução intercultural e interpolítica, proposta por Santos (2012: 158), é que irá possibilitar a criação de novas linguagens emancipadoras e a concretização de ações coletivas entre movimentos que combinam a luta pela igualdade com a luta pelo reconhecimento das diferenças. O pensador português opõe-se a uma teoria geral, como aquelas construídas pela civilização ocidental. Segundo Santos (2007: 39), "a diversidade do mundo é inesgotável, não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade". A alternativa proposta pelo autor à teoria geral é o trabalho de tradução. A tradução é o procedimento que permite a inteligibilidade mútua entre as experiências do mundo, que são viáveis e possíveis, reveladas por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, capaz de lidar com os desafios do presente e propor alternativas viáveis.

O procedimento de tradução não estabelece hierarquias em abstrato entre os movimentos ou entre as lutas e muito menos determina a absorção de uns por outros. Através da tradução é possível tornar porosas as identidades dos diferentes movimentos e lutas presentes, de forma que tanto o que os separa como o que os une se torne cada vez mais visível e seja tido em conta nas alianças e articulações necessárias. Traduzir significa sempre afirmar a alteridade e reconhecer a impossibilidade de uma transparência total. O procedimento de tradução é um procedimento emancipatório de aprendizagem mútua (Santos, 2012: 154).

Para Santos (2012: 155), a tradução, ao assumir-se como interpolítica, deverá reconhecer as diferenças entre os vários movimentos e organizações sociais e procurar que o debate entre elas diminua as resistências e a insegurança. Da mesma forma, o procedimento de tradução é também intercultural porque pretende responder às mudanças culturais produzidas nos últimos trinta anos nas lutas de resistência contra o colonialismo, o sexismo e o capitalismo, entre outros. Santos destaca, como vimos, que as lutas mais inovadoras foram protagonizadas no Sul Global e envolveram grupos e classes sociais que tinham sido ignorados pela teoria crítica dominante, maioritariamente produzida no Norte Global³. Estas lutas ampliaram o repertório das reivindicações e dos objetivos, formularam-nos com novas linguagens referentes a universos culturais diferentes dos da modernidade ocidental. Assim, tornou-se evidente que a emancipação social tem muitos rostos e que os diferentes movimentos estão ancorados em diferentes culturas, transportam diferentes conhecimentos e diferentes misturas entre conhecimento científico e senso comum. A construção do diálogo entre movimentos e organizações, como refere Santos (2012: 155), deverá ter em conta esta realidade e interpretá-la

³ Para uma confrontação crítica das teses de Santos consulte Sandra Sousa & Tom Lewis (2014).

como algo enriquecedor, em vez de considerá-la uma limitação à articulação entre os movimentos que constituem a globalização contra-hegemónica.

Para Juan-Ramón Capella (2007: 220), os fóruns de encontro dos movimentos alternativos são espaços de divulgação de experiências, de discussão aberta e, acima de tudo, são espaços de auto-reconhecimento. No entanto, o teórico catalão assinala criticamente uma carência da ação coletiva alternativa: não dispõe ainda de um espaço público permanente e visível, de um espaço de comunicação da opinião pública livre, apesar de possuir numerosos centros editoriais, revistas e campos de ação próprios na internet. Pelo que, o autor propõe um grande esforço de articulação e de ampliação dos âmbitos de ação destes movimentos. Por outro lado, para Capella (2007: 220) é necessário atrair as classes trabalhadoras, que continuam insuficientemente representadas. Pois são estas a base fundamental de toda a mudança, são elas que desenvolvem as funções sociais elementares que sustentam o sistema. Daí advém também a dificuldade de se desvincularem das perspetivas que a cada momento são oferecidas pela classe empresarial, o que exigirá um esforço particular de inteligência e de imaginação para construir caminhos de ação alternativos que possam ser empreendidos pelas pessoas enquanto trabalhadoras. Para o autor a incapacidade de atrair significativamente as pessoas na sua condição de trabalhadoras constitui a maior debilidade do movimento de resistência.

Capella (2007: 221) também propõe uma redefinição dos fóruns sociais, “para que o auto-reconhecimento do movimento deixe de ser a sua principal função e se estimulem outras, como a discussão de temáticas especializadas, a comunicação, e também o debate difícil sobre o inevitável lado político de sua ação”.

Se a globalização neoliberal é o resultado de uma multitude de decisões adotadas à escala internacional, uma globalização alternativa também o deverá ser, na perspetiva de Capella (2007: 235). É necessário pensar e atuar, igualmente, no âmbito de grandes espaços económicos e sociais de uma forma global. A mesma noção de globalização alternativa conduz à necessidade de uma forte intervenção política global no âmbito das trocas produtivas.

É preciso concretizar a definição de um projeto de globalização alternativa e impô-lo por meio de instituições novas. O movimento alternativo realiza hoje antes de tudo operações de resistência: vive no tempo da resistência. Mas necessita incubar em si um tempo novo, com instituições globais públicas de natureza distinta das existentes e em que as existentes, se subsistirem, mudarão. Para isso, hoje, há que projetar, há que imaginar, comunicar e agir. (Capella, 2007: 235)

O internacionalismo ativo torna-se uma necessidade tanto do tempo de resistência como de um tempo de alteridade e deverá expressar-se em instituições transnacionais que possam consubstanciar as aspirações do movimento alternativo.

Por sua vez, o geógrafo David Harvey na sua obra “Espacios de esperanza” (2003) reivindica a necessidade de contruirmos um utopismo dialético que possibilite conceber alternativas às espaço-temporalidades injustas produzidas pelo sistema capitalista. Harvey não considera as utopias como idealistas sem consequências materiais. Para este autor, assuntos como o urbanismo, a planificação urbana, os grandes projetos geopolíticos como o colonialismo, o imperialismo ou o socialismo têm como gérmen o pensamento utópico desenhador de cidades ideais, impérios mundiais ou mercados livres e globalizados. Só que as utopias nem sempre conduzem a mundos felizes. A maior parte delas pervertem-se nos seus processos de

materialização e tem efeitos diferentes ou mesmo opostos aos ambicionados. Tanto as utopias socialistas como as capitalistas, por exemplo, têm tido muitas vezes o aumento do autoritarismo e das desigualdades em vez de democracia e igualdade. Para Harvey (2003) a pureza de qualquer utopismo altera-se pela sua forma de espacialização e pelas espacializações preexistentes, é condicionada pelos ordenamentos dominantes que atuam como impedimentos, dificuldades ou catalisadores.

A globalização, para Harvey (2003), é uma materialização degenerada da utopia burguesa, contra a qual se deve apresentar novos projetos espaço-temporais, que pretendem ser verdadeiras alternativas aos espaços produzidos pelo capitalismo, que sejam anticapitalistas.

A tarefa, disse Harvey (2003: 226),

é definir uma alternativa, não em função de uma forma espacial estática, nem sequer de um processo emancipador perfeito. A tarefa é reunir um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – enraizado nas nossas possibilidades presentes e que ao mesmo tempo aponte através de diferentes trajetórias para os desenvolvimentos geográficos humanos desiguais.

Viver neste mundo e ser ao mesmo tempo como um arquiteto, que deverá pensar estratégica e taticamente o que mudar, onde mudar, como mudar e com que ferramentas é o dilema fundamental, segundo Harvey (2003: 267), que enfrenta quem estiver interessado na mudança progressista.

Mais recentemente, Harvey (2010) tem defendido a tese do crescimento zero para a economia global. Durante o Fórum Social Mundial de 2010 afirmou que é cada vez menos viável sustentar a taxa de crescimento ambicionada de três por cento para a economia (geralmente considerada a mínima satisfatória numa economia capitalista em boa forma), sem recorrer a inúmeras ficções, como aquelas que têm caracterizado os mercados financeiros e o mundo dos negócios das últimas décadas. Pelo que o autor considera haver razões para acreditar que não há alternativa senão uma nova ordem mundial de governança que deverá conduzir a transição para uma economia de crescimento zero.

Harvey (2010) a partir de movimentos sociais desde a Comuna de Paris até ao Occupy Wall Street desenvolve uma reflexão sobre a vida nas cidades, como ela poderia ser mais justa e ecologicamente mais saudável. O autor analisa o crescimento exponencial das cidades e relaciona-o com a crise sistémica da acumulação capitalista. Observa que a ocupação do espaço público nunca foi tão discutida como neste início de século XX e é nas cidades que acontecem os movimentos sociais e as revoltas mais significativas que reclamam mudanças sociais e políticas.

Harvey (2010) critica este mundo em que os direitos de propriedade e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito e explora outro tipo de direito humano: o direito à cidade. Saber qual a cidade que queremos não pode estar separado de saber que tipo de vínculos sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade ultrapassa a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: “é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade”, é um direito coletivo e não individual, na medida em que depende da prática de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. Para Harvey este direito humano tem sido esquecido e é cada vez mais premente implantá-lo.

Por sua vez, Carlos Taibo (2019), avança com propostas práticas frente ao colapso, que ele denomina de movimentos pela transição ecossocial, resumidos a quatro verbos: decrescer, rerularizar, destecnologizar, despatriarcalizar e descomplexificar as nossas sociedades. Afirma que temos que sair com urgência do capitalismo e que hoje o que está ao alcance das nossas mãos é abrir espaços autónomos, autogestionados, desmercantilizados e despatriarcalizados. Esses espaços já existem em pequena escala no cenário espanhol e são exemplo para a sua difusão, como as eco-aldeias, grupos de consumo, cooperativas integrais, formas de banca ética e social, assim como várias formas de economia solidária.

Para Taibo (2019) esses espaços autónomos só terão significado se forem capazes de se federarem entre si e aumentarem a sua capacidade de confrontação com o capital e com o Estado. O autor defende uma ideia alternativa e libertária assente na auto-organização das sociedades, desde baixo, a partir da autogestão, da democracia direta e do apoio-mútuo.

4. Conclusões

Pretendemos neste trabalho aprofundar o nosso conhecimento sobre o sistema mundial, as alternativas que se produzem ou se poderão produzir, consubstanciadas em novos movimentos sociais. Percorremos as dificuldades da imaginação política e da ação coletiva e por fim apresentámos propostas para a construção de um pensamento crítico alternativo e de novas organizações e práticas sociais que deem resposta à crise sistémica em que vivemos.

Convocando o contributo de vários autores que investigam o sistema mundial, percebemos a complexidade deste sistema, com relevo para o contributo de Arrighi com a sua teoria dos ciclos económicos. Arrighi desenvolve uma exaustiva investigação dos ciclos de acumulação sistémica e transmite-nos duas importantes conclusões: uma que reforça a incerteza do futuro, com a grande capacidade histórica da burguesia se adaptar e progredir; outra que podemos não estar perto do fim do capitalismo, ao contrário das conceções de outros autores aqui expostas. Pois este ciclo económico que se encontra em decadência, desde o fim da década de 1970, dominado pelos Estados Unidos, pode dar origem a outro longo ciclo que ainda não iniciou. O fim da hegemonia norte americana não significa necessariamente a fase final do capitalismo como forma de organização político-económica do sistema interestatal.

Seguimos explorando esta fase atual do capitalismo em que vivemos, com incorporação de novos problemas, principalmente ambientais e de esgotamento de recursos, num sistema assente na ideia de crescimento linear e ilimitado. Percebemos os efeitos nefastos do capitalismo predatório que precisa de colonizar constantemente novos “territórios virgens” para sustentar a sua acumulação incessante.

Com Taibo entendemos a iminência do colapso do sistema mundial, ou pelo menos a grande probabilidade que aconteça. O autor enumera vários fatores que concorrem para esse cenário, desde as alterações climáticas, passando pelo esgotamento dos recursos, até ao aumento da conflitualidade social, dos níveis de violência e do retrocesso de algumas conquistas ao nível dos Direitos Humanos.

Por sua vez, Fernández Durán, grande cartógrafo do movimento ecologista espanhol expõe as lutas pelo poder ligadas às mudanças da matriz energética de diversa índole, assim como as soluções espaço-temporais conduzidas a desativar e a deslocar o conflito social para novos

espaços. O autor acentua a ideia, também defendida por Tortosa, que estamos em declínio energético e sistémico após ter sido atingido o pico do petróleo no início do século XXI.

Fernández Dúran opõe-se à utopia do crescimento ilimitado da civilização capitalista e remete-nos a outros imaginários, a outras conceptualizações da mudança social, livres dessa ilusão que a nossa sociedade foi construindo em torno dos mitos do progresso e do desenvolvimento. Para tentar ultrapassar a atual crise, Fernández Durán propõe a construção coletiva de uma transição pós-fóssil justa e emancipadora.

Seguimos o raciocínio de Tortosa na análise da construção de alternativas dentro e em relação ao próprio sistema mundial. Ao explorarmos alguns movimentos alternativos, percebemos que as pessoas que se envolvem na ação coletiva adotam diferentes comportamentos, consoante os seus objetivos. Pelo que importa não incluir todos e todas que participam nos movimentos na mesma categoria, permanecendo a oscilação entre os que propõem mudanças no sistema e os que procuram mudanças de sistema.

Convocou-se a teoria de Santos, que depois de uma forte crítica à globalização hegemónica, chama os saberes do Sul do mundo, muitas vezes desprezados e marginalizados, para a construção de um pensamento alternativo.

Com o contributo de Santos verificamos a necessidade de atualização dos princípios orientadores da teoria crítica frente a um mundo mais vasto do que o europeu. A teoria crítica deverá expandir o seu repertório e tornar-se mais sensível às diferentes dinâmicas sociais e históricas, acrescentando as reflexões feitas a partir das múltiplas modernidades. Pois, para este pensador crítico pós-moderno, fazer crítica implica considerar o primado da práxis social frente à teoria, que é um dos momentos reflexivos dessa práxis.

O autor propõe o procedimento de tradução com o objetivo de estimular entre os movimentos e organizações sociais progressistas a vontade de criar em conjunto saberes e práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis à globalização neoliberal.

De seguido, apresentámos alguns contributos de Capella que propõe colmatar as dificuldades apresentadas pelos movimentos alternativos através da criação de novas instituições transnacionais capazes de rivalizar com as existentes, e de poderem atuar assim no mesmo âmbito das instituições criadas pela globalização neoliberal.

Os movimentos sociais que lutam por uma globalização alternativa constituem um novo fenómeno político focado na ideia de que a fase atual do capitalismo global e do colonialismo, que não deixou de existir, exigem novas formas de resistência e novas direções para a emancipação social.

Por fim, recorreremos a Harvey e a Taibo na defesa de um crescimento zero, segundo o primeiro, ou mesmo insistindo na necessidade de decrescer ao nível económico, pelo menos nos países mais desenvolvidos, como forma mitigadora de um colapso que parece cada vez mais inevitável.

Referências bibliográficas

- Amin, S., Arrighi, G., Frank, A. G. e Wallerstein, I. (1982). *Dynamics of Global Crisis*. New York: Monthly Review Press.
- Amin, S., Arrighi, G., Frank, A. G. e Wallerstein, I. (1990). *Transforming the Revolution: Social Movements and the World-System*. New York: Monthly Review Press.
- Arrighi, G. (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP.
- Bauman, Z. (2009). “Del capitalismo como sistema parasito”, *Clarín*. Disponível em: <http://edant.revistaenie.clarin.com/notas/2009/12/27/-02107667.htm> (acedido a 14-10-2017).
- Brites, R. (2015). “Interesse pela Política e Confiança nas Instituições políticas: Portugal em comparação europeia”, *Plataforma Barómetro Social*. disponível em: <http://barometro.com.pt/archives/1432> (acedido a 25-11-2015).
- Capella, J-R. (2007). *Entrada en la Barbarie*. Madrid: Editorial Trotta.
- Davis, A. (2011). “The 99%: a community of resistance”, *The Guardian*. <http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/nov/15/99-percent-community-resistance> (acedido a 9/12/2019).
- Harvey, D. (2003). *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal.
- Harvey, D. (2010). “Organizing for the Anti-Capitalist Transition”, *Fórum Social Mundial*, Porto Alegre, 25-29 janeiro. <http://davidharvey.org/2009/12/organizing-for-the-anti-capitalist-transition/> (acedido a 9-12-2019).
- Engelhardt, T. (2011). *The United States of Fear*. Chicago: Haymarket.
- Estefanía, J. (2011). *La economía del miedo*. Madrid: Galaxia Gutenberg.
- Fernández Durán, R. (2008). *El crepúsculo de la era trágica del petróleo. Pico del oro negro y colapso financiero (y ecológico) mundial*. Barcelona: Virus.
- Fernández Durán, R. (2010). *El Estado y la conflictividad político-social en el siglo XX. Claves para entender la crisis del siglo XXI*. Barcelona: Virus.
- Fernández Durán, R. (2011). *El Antropoceno. La expansión del capitalismo choca con la biosfera*. Barcelona: Virus.
- Merton, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- Santos, B. (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. (2010). *Descolonizar el saber – reinventar el poder*. Tradução de vários autores. Extensión universitária. Universidade de la República: Ediciones Trilce.
- Santos, B. (2011). “Introducción: las epistemologías del sur”. En *Formas-Outra: Saber, nombrar, narrar, hacer. Edición de las actas del "IV Training Seminar del Foro de Jóvenes Investigadores em Dinámicas Interculturales*. Barcelona: CIDOB.

- Santos, B. (2012). *De las dualidades a las ecologías*. La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE.
- Silva, M. C. (1998). *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Sousa, S. & T. Lewis. (2014). “Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória”, *Configurações*, 12. <http://configuracoes.revues.org/1962> (acedido a 9-12-2019).
- Stiglitz, J. (2011). “The globalization of protest”, *Project Syndicate*, 4 nov. <https://www.project-syndicate.org/commentary/the-globalization-of-protest> (acedido a 9-12-2019).
- Taibo, C. (2019). *Colapso: Capitalismo terminal, Transição ecossocial, Ecofascismo*. Lisboa: Letra Livre / Mapa.
- Tortosa, J. M. (2011). “Sobre los movimientos alternativos en la actual coyuntura”, *Polis*, 30. <http://polis.revues.org/2306> (acedido a 9-12-2019).
- Touraine, A. (1969). *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Paris: Denoël.
- Universidade de Berkeley (2013). *Berkeley Earth*. <http://berkeleyearth.org/analysis.php> (acedido a 10/10/2015).